



VILA REAL STº ANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ATA N.º 02/2017

Ao vigésimo quarto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **Maria do Rosário Papafina Proença**, Primeira Secretária, **Miguel Moreira da Costa**, Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do **PSD**, **PS**, **CDU** e **BLOCO DE ESQUERDA**, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **David Miguel Vasques da Silva**, **António José Cardoso Gomes**, **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa**, **Armando José Parra da Silva**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado**, **Luis Miguel Guerreiro Romão**, **Manuel da Conceição António**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **Luís Manuel da Rosa Fernandes**, **Ricardo José Madeira Cipriano**, **Albertina da Piedade Fernandes Madeira**, **António Filipe Parra Martins**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Luís Manuel Negrão Vargas** e **José Manuel Camarada Veia** e conforme Edital de 15 de fevereiro de 2017, reuniu, em sessão **ORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

**ABERTURA DA SESSÃO:** A 1ª Secretária procedeu à chamada. No **PSD** registou-se a ausência de **Maria Alexandra Martins do Livramento** que foi substituída por **António José Cardoso Gomes** e de **Lara Sofia Vairinhos Rosa**, substituída por **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa**. Na bancada do **BE**, **José Manuel Camarada Veia** substituiu **José Manuel Modesto Dourado**.-----

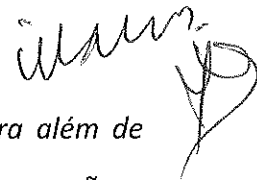
O Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** onde se registaram as seguintes intervenções: -----

**António Filipe Parra Martins** falou das inundações ocorridas no concelho no dia 11 de fevereiro, anuiu que a bancada da **CDU** tem consciência que este problema é vasto tendo

ocorrido também noutras localidades e que há situações relacionadas com a quantidade de precipitação e com a utilização do solo na faixa litoral do Algarve. Afirmou que em Vila Real de Santo António e Monte Gordo, após tantos milhões de euros de investimento, o problema continua por resolver apesar de existirem declarações do Presidente da Câmara Municipal a dizer que nunca mais haveria inundações no concelho, e acrescentou: *“Muitas casas de habitação e comércio foram afetadas, aos bombeiros chegaram centenas de ocorrências e aconteceram refluxos de esgoto em casas de banho”*. Perguntou se as anomalias existentes na rede estão identificadas e que intervenção será feita. Perguntou também para quando está prevista a passagem da recolha de resíduos para a empresa privada, qual o ponto de situação relativo ao parecer negativo emitido pela ERSAR quanto ao concurso de entrega dos serviços da água e frisou considerar que o facto do processo estar parado seria uma boa oportunidade para o repensar. Disse que deverá ser retirado o Ecoponto que se encontra no passeio junto ao Arquivo Histórico, na zona de circulação de peões e frisou que no último mandato têm-se notado a ausência do Presidente da Câmara nas reuniões daquele órgão e na Assembleia Municipal, acrescentando: *“É desadequado que numa das últimas reuniões de Câmara a sua ausência tenha sido justificada por se encontrar de serviço, quando na realidade estava a promover um projeto pessoal em direto na televisão. Compete à Assembleia Municipal zelar pela pelo cumprimento e atuação da Câmara Municipal”*. Perguntou ainda, quantas faltas deu o Presidente da Câmara por motivos pessoais ao longo do último ano. -----

**José Manuel Camarada Veia** afirmou concordar com as palavras do deputado **António Martins** e afirmou que o Presidente da Câmara, logo após as chuvadas, deu uma entrevista onde disse que no concelho não aconteceu nada de grave, e acrescentou: *“Quero ressaltar que morreu uma pessoa quando lhe faltou a luz em casa e a casa ficou com água, o que é de lamentar”*. Informou que é necessário efetuar uma modificação na publicação em Diário da República relativa à aprovação da alteração do PDM sucedida em Assembleia Municipal de Setembro de 2015 em que o BE votou contra e na publicação aparece que foi aprovada por unanimidade. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** informou que numa Assembleia colocou uma questão relativa ao estacionamento que foi respondida pelo deputado David Vasques, Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal e na sessão seguinte trouxe um documento para servir de prova da situação colocada, e afirmou: *“Fiquei estupefacto quando recebi uma carta da Assembleia Municipal dando conhecimento de uma resposta que a ESSE teria dado a*



*um pedido de esclarecimento da mesa da Assembleia Municipal, carta que para além de informar de algumas imprecisões tem uma agravante, é que eu não passei procuração a ninguém da Assembleia para me representar. As minhas intervenções aqui são de caráter político e coloco questões. Na Lei que rege o funcionamento da Assembleia está explícito que apenas compete a esta Assembleia fiscalizar os órgãos autárquicos, não compete pedir satisfações a empresas privadas. Deste pedido resulta uma resposta da ESSE onde para além de considerandos, faz confusão entre aquilo que são as funções da Assembleia e da Câmara e mistura os diversos temas. Destaca-se a posição singular de um deputado deste município que acaba por gastar recursos deste órgão deliberativo com uma questão carregada de incongruências e interesse próprio. A questão que aqui levantei tem a ver com a leitura do regulamento e a sua aplicação". A terminar a sua intervenção referiu que entregou um requerimento a 9 de setembro ao qual ainda não recebeu resposta. -----*

*Leu e entregou declaração que fica anexa à Ata. -----*

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** frisou que relativamente aos comentários feitos pelo deputado da CDU relacionados com as inundações é preciso ter uma política de bota abaixo porque consegue transformar uma questão de calamidade pública numa situação quase normal. Afirmou que o que choveu não foi normal e que durante cerca de duas horas choveu copiosamente acompanhado por granizo o que acabou por provocar entupimentos no escoamento das águas e sublinhou que estas situações acontecem em qualquer outro país ou cidade por se tratar de ocorrências anormais, sendo uma anomalia do clima e não da rede de águas. Confirmou que morreu efetivamente uma munícipe, o que todos lamentam profundamente, mas que essa morte não se pode atribuir ao mau tempo. Afirmou ainda que o que o Presidente da Câmara disse na entrevista foi que, pelo Comandante dos Bombeiros, foi-lhe apenas relatada uma ocorrência e opinou que em qualquer lugar do mundo, uma situação anormal como a que aconteceu trará sempre situações problemáticas. -----

**Luís Manuel da Rosa Fernandes** sugeriu à Câmara Municipal e à SGU que reduza o valor de 2,70€ cobrado aos munícipes por cada fotocópia e contou que, felizmente, por ser deputado da Assembleia Municipal, não teve de pagar as fotocópias que requereu relativas à consulta de documentação do processo do Hotel Guadiana. -----

Pediu a palavra a **Vice-Presidente da Câmara Municipal** para dizer que esteve no terreno aquando do mau tempo e que partilha as palavras do deputado **Carlos Lança**. Afirmou que por muito boas que sejam as redes de água não há redes que aguentem 61,4mm/m2 de precipitação numa hora e que, efetivamente, em Monte Gordo ainda existem zonas de

saneamento onde tem de haver intervenção. A **José Veia** disse que a senhora que faleceu já se encontrava muito doente e que relativamente a esta situação não houve nenhum pedido de socorro para os Bombeiros, tendo ocorrido apenas um pedido de socorro de um casal idoso que não conseguiu sair de casa. Quanto ao refluxo no 1.º andar de uma casa, informou que o mesmo deveu-se a um problema interno do prédio e que se fosse um problema na rua teria havido também refluxo no r/c, o que não foi o caso. Disse ainda que a empresa a quem foi concessionada a recolha do lixo começará as suas funções a 6 de março e que ontem, ela própria e os Vereadores João Sol e João Rodrigues falaram com os funcionários afetos ao serviço em causa para lhes dar a escolher se pretendem passar para a nova empresa não perdendo o vínculo à Câmara Municipal. Acrescentou que os funcionários darão resposta até 1 de março e que se não quiserem transitar para a empresa, serão afetos a outros serviços da Câmara Municipal. Adiantou que a autarquia está a reverter a situação do Ecoponto e outras situações idênticas e que, o concurso das águas, neste momento está parado porque o segundo concorrente colocou uma providência cautelar. Das ausências do Presidente nas reuniões afirmou que como Vice-Presidente tem a legitimidade para o substituir e responder às questões e que na sessão referida pelo deputado **António Martins** está inscrito em Ata que se ausentou por questões pessoais. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse a **José Veia** que algumas deliberações da Assembleia Municipal são publicadas em Diário da República e que a situação exposta será averiguada. No entanto, assegurou que mesmo havendo a incorreção relatada, a mesma não altera a decisão tomada em Assembleia. -----

Deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a CDU apresentou à Assembleia Municipal, por mail no dia 20/02, a Moção sobre transferência de competências. Dado que a moção chegou no prazo regimental foi incluída na Ordem de Trabalhos – ponto 4, tendo a Ordem do Dia sido enviada aos deputados com as devidas alterações. -----

#### **1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;** -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas, nomeadamente: mail do Grupo Parlamentar do BE a questionar o Governo sobre a rescisão dos contratos para a prospeção de petróleo e gás no Algarve; da AM de Viseu a Moção “Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros”; do Grupo Parlamentar do PSD o projeto de Resolução com a recomendação ao Governo da abolição das Portagens na A22 durante as obras na 125; da

Vitor  
B

CPCJ de VRSA, o Relatório de Atividades do ano de 2016; do Grupo Parlamentar do PCP, mail ao Governo questionando sobre a demolição dos apoios de praia e construção de novos em Monte Gordo e resposta do Governo à pergunta do PCP sobre o futuro das oficinas de EMEF em VRSA e do Município de Odemira a Moção “Prospecção e exploração de Petróleo na Costa Sudoeste do Alentejo e Algarve”. -----

Deu ainda conhecimento dos processos remetidos pela Câmara Municipal a esta Assembleia para conhecimento, documentos cujas cópias foram distribuídas pelas bancadas, nomeadamente: -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DA ANIMAÇÃO – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- **FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS E DE DADOS – RENOVAÇÃO 2017/2018;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE AVENÇA, NA ÁREA DE DESIGN E COMUNICAÇÃO - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DINAMIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE MONTE GORDO - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO E COORDENAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE MONTE GORDO - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;** -----

**2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2 PARCELAS DE TERRENO SITAS NA FREGUESIA DE MONTE GORDO;** Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 17 de janeiro, com a abstenção do Vereador Álvaro Leal.-----

**José Manuel Camarada Veia** perguntou se existe o chamado direito de superfície ou se o proprietário é dono do terreno e afirmou haver duas parcelas de terreno a acrescentar à área da casa. Opinou que a situação deve ser resolvida sem custos se a pessoa em questão tiver necessidades e perguntou se o terreno é para vender ou dar. -----

**Luis Manuel da Rosa Fernandes** disse: *“Vamos aqui legalizar uma irregularidade que nunca devia ter existido. Estas situações, no futuro, devem rapidamente ser corrigidas”*. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** explicou que estes terrenos, dada a sua forma e dimensões, não têm outro tipo de utilização, tratando-se apenas de uma correção, tal como se tem feito noutras situações. -----

**Manuel da Conceição António** disse não votar por ser parte interessada no processo. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que a autarquia, com este processo, está a desafetar estas parcelas, do domínio público para o domínio privado, que se trata duma questão de alinhamento e que esta inclusão vai ser paga pelo proprietário. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções dos membros da **CDU**, do **BE** e de **Luis Manuel da Rosa Fernandes** da bancada do **PS**. O deputado **Manuel da Conceição António** não votou por ser parte interessada neste processo. -----

**3. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO POENTE DE MONTE GORDO (PPZEPMG) – aprovação do relatório de ponderação dos resultados de discussão pública** – Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por maioria em reunião de Câmara de 17 de janeiro, com as abstenções dos Vereadores **Célia Paz**, **José Barão** e **Álvaro Leal**; -----

**José Manuel Camarada Veia** opinou achar estranho não haver mais intervenções sobre este ponto já que se trata de um assunto importante e delicado, tendo em conta que o terreno estava estipulado para outra coisa. Referiu não ser contra a construção de hotéis visto criarem emprego mas que não entende os responsáveis autárquicos que permitem que se transformem hotéis em aparthotéis reduzindo o número de postos de trabalho. Afirmou ter tido conhecimento que o Tribunal de Administrativo e Fiscal de Loulé denuncia que no terreno em causa não se pode construir e que se a proposta se mantiver sem alterações, votará contra.-----

**Rui João Gutierrez Setúbal** referiu que o que está nesta proposta é que seja aprovado e divulgado o Relatório de Ponderação. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu o contributo da intervenção do deputado **Rui Setúbal** porque o que se está a discutir e votar é o Relatório de Ponderação dos resultados da discussão pública e informou que o título da proposta será corrigido. -----

De seguida colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros da **CDU** e **BE** e de **Luis Manuel da Rosa Fernandes** da bancada do **PS** e a abstenção dos restantes deputados do **PS**. -----

O **BE** entregou uma Declaração de Voto. -----

**4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS; -** Presente a Moção sobre transferência de competências enviada pela bancada da **CDU** a esta Assembleia Municipal no passado dia 20 e incluída na Ordem do Dia. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** propôs que se passasse de seguida à discussão da Moção visto todos terem conhecimento da mesma. -----

univ. JB

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** apresentou a Moção e lembrou que há algum tempo foi discutido com muito empenho, em Assembleia Municipal, esta questão da transferência de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia comprovando-se que as transferências eram possíveis se houvesse meios financeiros e humanos, e acrescentou: *“Aquilo que apresentamos nesta Moção é a mesma coisa. As transferências só podem ser feitas se houver meios financeiros, patrimoniais e humanos. Só assim conseguimos uma perfeita descentralização e uma perfeita efetivação dos serviços”*. Explicou de seguida os objetivos da Moção e afirmou estar no direito de apresentar a Moção e inclusivamente lê-la. -----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** pediu a palavra para afirmar que o destinatário desta Moção deveria ser o atual Governo e não a Assembleia Municipal. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** afirmou que o PSD não é contra a descentralização mas que a bancada votará contra a Moção, na medida em que a mesma se refere a um processo que está a ser conduzido pelo Governo, que lamenta que a CDU não a apresente em Assembleia da República, e acrescentou: *“O problema da CDU e do PCP é serem tremendamente conservadores e não se adaptarem às necessidades decorrentes do passar dos anos”*. -----

**Rui João Gutierrez Setúbal** informou que a bancada do PS vai abster-se, que concordam com grande parte da Moção mas consideram prematura a apresentação deste documento tendo em conta que há um projeto de lei a ser redigido. -----

**José Manuel Camarada Veia** afirmou que o BE é favorável à repartição de poderes de uma forma democrática e não pela acumulação de poderes por estruturas e organismos que não são votadas pela população e que não concorda que se deem mais poderes ao Presidente da Câmara. -----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** disse: *“O deputado **António Cabrita**, sempre que a CDU apresenta as Moções, vota contra elas. Nós não temos nada a ver com o Governo e numa altura em que se está a tentar discutir uma lei, deverão ser as populações, através das Assembleias Municipais, a dar apoio à redação da mesma com estes documentos”*. Referiu-se, de seguida, a várias questões relacionadas com outros pontos já discutidos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, após uma primeira chamada de atenção solicitou que a deputada terminasse a sua intervenção por não ser regimental tratar de pontos que já foram votados. -----

**Luis Manuel da Rosa Fernandes** disse que a bancada do PS está a favor da regionalização já que quando em 2013 foram aprovadas as comunidades intermunicipais foi dado um primeiro passo e que neste processo, a decorrer, é prematuro apresentar estas Moções pois poderão ser dados passos importantes deixando intervir a Assembleia Nacional de Municípios e os Municípios na Assembleia da República, não devendo à partida condicionar aquilo que possa vir a ser a transferência de competências que possa surgir. -----

**Luis Miguel Guerreiro Romão** afirmou que o seu desejo enquanto Presidente de Junta é ter mais competências e meios, quer venham das Câmaras Municipais ou do Governo e que esta Moção é despropositada porque existem atualmente negociações, inclusivamente com a ANAFRE que representa as Juntas de Freguesia do país. -----

**António Filipe Parra Martins** afirmou que a Assembleia Municipal tem competência para se pronunciar sobre um tema de maior importância, que há um conjunto de deputados municipais que estão a favor do conteúdo mas que há um conjunto de anticorpos que fazem com que alguns deputados votem contra, e continuou: *“A CDU continuará a trazer cá todos os assuntos que considere importantes para o concelho e para o país. Alguém que habitualmente concorda com o conteúdo dos documentos mas vota contra não pode criticar. Só quem assiste a Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais sabe do que falo”*.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido reprovada com os votos contra da bancada do **PSD** e a abstenção do **BE** e do **PS**.-----


**5. APRECIACÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE MONOTORIZAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DE VRSA – CENTRO HISTÓRICO;** - Presente o Relatório enviado a esta Assembleia Municipal pela VRSA SGU para apreciação.-----

Não se registaram intervenções.-----

**6. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO** – Foi apreciado o Relatório do Presidente da Câmara Municipal. -----

Pediu a palavra **Rui João Gutierres Setúbal** que afirmou que o relatório não tem subsistência para ser apreciado por não cumprir requisitos já que no mesmo deveria constar a intempérie ocorrida no concelho, que merecia alguma referência, e afirmou: *“Não se pode ignorar que houve um conjunto de investimentos anunciados que deveriam constar neste documento, que se taparam sarjetas no início do Verão para evitar os maus cheiros, que se anunciaram 34Km de redes de águas pluviais mas que nestas inundações houve problemas com as condutas de esgoto e que em alguns casos, e tenho fotografias, até saiu água pelas sanitas. Há uma mistura de redes que não correspondem áquilo que está anunciado neste*



  
documento. Esta seria uma boa oportunidade para se dar nesta Assembleia, aos deputados e ao público, uma justificação de certas situações. Mas concordo com o deputado Carlos Lança e com a Vice-Presidente da Câmara quando dizem que por muito boas redes que existam, há situações que pela quantidade de pluviosidade são difíceis de evitar. Há alguns anos aconteceu a mesma coisa com uma dimensão mais grave, porque as condições eram outras mas é necessário esclarecer por que razão estas situações acontecem. Foi a mistura de águas residuais com pluviais que causou danos e problemas”. -----

**José Manuel Camarada Veia** disse lamentar a ausência do Presidente da Câmara que deveria ter responsabilidades sobre este relatório das atividades da autarquia e que a bancada do PSD tem de o substituir. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu que está disponível para responder às questões que lhe quiserem colocar. -----

**José Manuel Camarada Veia** disse concordar com o relatório porque há um grande esforço de tornar possível algumas realidades. Disse que a Câmara Municipal e a SGU têm advogados suficientes para as suas atividades jurídicas, lamentando que em pouco mais de um ano a autarquia tenha pago a advogados exteriores quase um milhão de euros e pediu explicações relativamente a esta questão. Afirmou: “O Presidente devia cá estar porque recebe o salário por inteiro”. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que do ponto de vista regimental o deputado deve cingir-se ao ponto que está a ser tratado e que existe um período de antes da ordem do dia onde se podem colocar todas as perguntas e falar sobre todos os temas. -----

**José Veia** disse não querer incomodar mais os trabalhos por estar a dizer coisas incómodas ao que o **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu: “Estou a tentar conduzir os trabalhos de uma forma absolutamente democrática. Considero que há pessoas nesta reunião a tentar fazer com que os trabalhos não decorram de forma democrática. Decorrer de forma democrática, é decorrer nos termos que a democracia portuguesa e as leis da democracia criaram e que regem o funcionamento da Assembleia. Estou a fazer um esforço grande no sentido de que toda a gente que pede a palavra possa dizer o que quiser e o deputado José Veia esteja à vontade porque a questão não é a de causar nenhum incómodo”.

**António Manuel Cipriano Cabrita** frisou que o relatório tem a colaboração de todas as divisões da Câmara, é elaborado pelos serviços e posteriormente revisto. Disse a **Rui Setúbal** que seria importante que se lembrasse que havia um presidente de outrora, que quase ignorava o relatório e havia Assembleias onde o relatório não era entregue, e continuou: “É

*bom que não desqualifiquem os serviços da câmara e este trabalho não é feito por políticos. Democracia é saber respeitar os outros". -----*

**Alexandre Hermínio Drago Madeira** dirigindo-se a **José Veia** explicou que há uma diferença entre os juristas que trabalham na Câmara e os advogados contratados, e acrescentou: *"Eu faço consultadoria para a Câmara há cerca de dois anos, desloco-me várias vezes por semana á autarquia no âmbito da ação social por um preço simbólico, não cobro milhões. É necessário ter cuidado como se dizem as coisas. Sei que o senhor faz um discurso político mas como me atingiu pessoalmente, estou a responder". -----*

**Vitor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa** frisou que relativamente ao comentário do deputado **Rui Setúbal** tem a dizer que os cadastros da Câmara Municipal do século XX referem que havia duas redes na zona norte da cidade, uma pluvial e outra de saneamento, e afirmou: *"Então alguém trocou aquilo que estava inscrito no cadastro e se gastou dinheiro para fazer duas redes separativas e não foi este executivo que tem onze anos". -----*

**Rui João Gutierrez Setúbal** respondeu que os cadastros existentes na Câmara Municipal referem que existem duas redes separativas. Disse também que desde a última intervenção efetuada há cerca de meio ano, existem maus cheiros que não existiam anteriormente, que na Avenida da República existia um cheiro intenso que agora se regista dentro dos prédios e que houve zonas onde foram tapadas sarjetas para evitar os maus cheiros, e perguntou: *"Se na Rua de Angola nunca tinha havido problemas de inundações daquela envergadura, porque é que agora saiu água pelos esgotos?"*. A **António Cabrita** afirmou que maus exemplos não servem, que sempre lutou contra eles e que se este relatório foi feito depois das inundações, deveria conter informação sobre as mesmas, faltando-lhe igualmente temas obrigatórios, tela como está inscrito no artigo 16 do Regimento da Assembleia.-----

**José Manuel Camarada Vela** pediu a palavra para explicar que louvou os advogados da Câmara Municipal e da SGU e que apenas disse não concordar com os advogados que vêm de fora cobrar quantias grandes de dinheiro todos os meses. -----

**Alexandre Hermínio Drago Madeira** respondeu que quando nos referimos a um conceito devemos fazer a discriminação positiva que o deputado **José Veia** não fez.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** frisou que na ausência do Presidente da Câmara, é ela própria a responsável por responder às questões. Explicou que na autarquia existem juristas que não podem representar a autarquia e que tem todo o gosto em mostrar ao deputado **José Veia** onde são gastas as verbas referidas. -----

Passou-se ao período de intervenção do público registando-se as intervenções de **João Faustino e José Domingos**. -----

**João Faustino** colocou as seguintes questões: -----

- *"É da legislação das urbanizações, a obrigatoriedade de constar no projeto redes separativas?"* -----
- *De todas as urbanizações que foram feitas nas zonas referidas, na Avenida dos Bombeiros, é do conhecimento da autoridade municipal a existência dessas redes separativas?* -----
- *No cadastro existente estão identificados os pontos de confluência das redes das águas?* ----
- *Se não existe essa rede separativa o que é que a autarquia pensa fazer para minorar essas questões e se sim em quanto está avaliada essa intervenção?"* -----

**José Domingos** relatou que há alguns anos teve um problema na sua viatura provocado por uma enchente, que nessa ocasião tentou contactar o Presidente e a Vice-Presidente via telefone e na impossibilidade foi atendido pelo Dr. António Carvalho, pelo Vereador João Rodrigues e pela Luisa Salgueiro que tentaram convencê-lo a não escrever no livro de reclamações porque o mesmo não existia. Perguntou se atualmente já existe livro e qual o resultado do inquérito feito sobre os parquímetros. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou José Domingos que efetivamente existe Livro de Reclamações nos vários serviços da Câmara Municipal. Quanto às anomalias decorrentes das intensas chuvas afirmou que as mesmas foram normais tendo em conta a quantidade de chuva e que a autarquia está a fazer um levantamento dos acontecimentos mas que até agora não apareceu ninguém a apresentar reclamações. Relativamente ao inquérito informou que está praticamente concluído e que posteriormente dar-se-á conhecimento do mesmo. A **João Faustino** ressaltou que em todas essas obras junto à Rua de Angola e Zona do Mercado não há diferenciação entre as redes pluviais e as redes de água de esgotos, o que traz algumas complicações, e acrescentou: *"Nunca referi que não existem questões a melhorar. Essa melhoria significa um investimento de 100 milhões de euros que envolve a colocação de dois grandes reservatórios para tirar toda a água. Até porque todos sabemos que algumas zonas de Vila Real estão construídas abaixo do nível freático."* -----

**David Miguel Vasques da Silva** entregou um requerimento à Mesa da Assembleia Municipal.-----



Interveio **Maria do Rosário Papafina Proença** que comunicou à Assembleia Municipal a renúncia ao seu mandato, agradecendo a forma cordial e profissional como foi tratada por todas as bancadas.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a prestação da deputada, realçando os serviços prestados na Mesa da Assembleia e desejou-lhe os maiores sucessos. -----

A Minuta da Ata foi lida em voz alta e colocada a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 20 horas e 35 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal,

  
(José Carlos Barros)



A Primeira Secretária,

  
(Maria do Rosário Papafina Proença)



*ilhamus*  
*Guimarães*

## **Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António**

### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

#### **Moção "Construção do Hospital Central do Algarve no Parque das Cidades"**

O deputado municipal do Bloco de Esquerda vem apresentar a declaração de voto contra a moção do PSD/Algarve considerando que:

1. visa apenas colher frutos do momento político porque quando o partido tinha a maioria na Assembleia da República e era poder revelou uma intenção que não efetivou, exigindo agora ao Governo atual o que o partido não cumpriu;
2. uma das promessas eleitorais que o PSD fez, em 2011, não passou do papel e não foi concretizada durante os quatro anos em que foi Governo, constatando-se que a qualidade da saúde no Algarve piorou nesse período,
3. o Bloco de Esquerda defende a construção de um hospital central no Algarve, com todas as valências necessárias aos tratamentos de saúde dos portugueses mas reconhece, de momento, as dificuldades financeiras que impossibilitam a sua concretização.

Nestes termos, declara votar contra a moção do PSD/Algarve.

*Vila Real de Santo António, em 12 de janeiro de 2017*

